



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Diretoria de Documentação Judiciária  
**B I B L I O T E C A**

# **INFORME** BIBLIOGRÁFICO

## **SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES**

**RECIFE**

**NOVEMBRO**

**2009**

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 11/09/2009 – EXPEDIÇÃO: 13/09/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 674/657 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 37

### Sumário

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **STJ:** Jurisprudência dominante – Nova súmula .....673
- **TST:** Súmula 106 – Cancelamento.....673
- **TJ-RJ:** Comissão Estadual Judiciária de Adoção – Regulamentação dos Procedimentos .....673
- **TJ-RJ:** GRERJ Eletrônica – Proibição de utilização nas Turmas Recursais em competência originária.....672

#### ATOS INSTITUCIONAIS

- ANVISA: Bulas de remédios – Novas Regras .....672

#### DOCTRINAS

- A boa-fé objetiva nas relações condominiais – **André Luiz Junqueira** .....671
- Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual – **Eduardo Luiz Santos Cabette**.....669
- Transporte de trabalhadores rurais em ônibus e micro-ônibus – Vistoria prévia de veículos de uso superior a vinte anos – **Luiz Fernando Gama Pellegrini**.....666

#### ESTUDO DE CASOS

- Direito à saúde – Tratamento fora do domicílio.....664
- Doença laboral – Indenização ao empregado .....662

#### NOTICIÁRIO

##### Destaques da semana .....660

- Agravo infundado: multa do CPC estende-se à Fazenda Pública
- Censura: programação de TV deve respeitar horário de verão
- CNJ: resolução visa aperfeiçoar comunicação no Judiciário
- Exercício da fé: igreja terá que pagar IPTU
- Fim estético: plano de saúde não é obrigado a custear cirurgia
- Perda ou furto de celular: operadora deve fornecer outro aparelho
- Salário-educação: critério de distribuição é questionado no STF
- Sucessão entre provedores: IG é responsável por dívida trabalhista

##### Projetos de lei .....659

- Autorização de saque do FGTS por tempo de contribuição
- Estudantes do nível médio poderão ter acesso ao Fies
- Limite de dedução de IR sobre gastos com educação pode aumentar
- Nova modalidade de pena restritiva de direitos para condenado de crime ambiental
- Proposta considera decisão do Procon como título executivo

##### Concursos públicos .....658

#### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 8-9 a 11-9-2009.....657

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 11/09/2009 – EXPEDIÇÃO: 13/09/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 592/577 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 37

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Execução por título extrajudicial

♦ Se o executado falece no curso da lide, ele deve ser substituído pelo Espólio, sendo desnecessária a presença de seus sucessores no pólo passivo da lide.

##### Pedido de reconsideração

♦ O pedido de reconsideração manifestado contra decisão colegiada caracteriza erro inescusável, impossibilitando a fungibilidade recursal.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Seguro de vida

♦ O suicídio involuntário – não premeditado – corresponde à morte acidental, independentemente de o ato ter sido praticado pela própria vítima ou por terceiro.

##### Testamento

♦ A causa invocada para justificar a deserção constante de testamento deve preexistir ao momento de sua celebração, não podendo contemplar situações futuras e incertas.

#### PENAL E PROCESSO

##### Crime contra a honra

♦ O *animus injuriandi* constitui elemento indispensável da estrutura do crime de injúria, sem o qual não há tipicidade penal.

##### Estatuto do desarmamento

♦ Para a configuração do delito de porte ilegal de arma de fogo é suficiente que o agente porte o artefato bélico sem autorização ou em desacordo com a determinação legal.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Atleta profissional

♦ A cláusula penal prevista na Lei Pelé tem sua aplicabilidade restrita às hipóteses em que o rompimento antecipado do contrato de trabalho dá-se por iniciativa do atleta.

##### Enquadramento profissional

♦ A legislação que dispõe sobre o exercício da função de jornalista não exige a formação em curso superior de jornalismo para que o diagramador seja enquadrado nessa profissão.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Meio ambiente

♦ Fundação de direito público tem plena capacidade para postular em juízo a proteção do meio ambiente, bem assim o cumprimento das disposições referentes ao ordenamento territorial.

##### Terreno de marinha

♦ O chamamento dos interessados para o processo demarcatório pela via editalícia não ofende o devido processo legal.

#### TRIBUTÁRIO

##### Imposto predial e territorial urbano

♦ O CTN não proíbe a diferenciação de alíquotas para os imóveis residenciais e os comerciais, nem entre terrenos e imóveis edificadas.

##### Imposto sobre serviços

♦ A competência para cobrança do ISS determina-se pelo local da sua prestação, e não pela sede do estabelecimento, pouco importando a natureza da atividade.

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 23/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 25/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 770/759 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 43

### Sumário

#### ATOS DO EXECUTIVO

- Depósitos judiciais e extrajudiciais – Cronograma de repasse .....769

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- STF: Processo eletrônico – Regulamentação do sistema e-STF .....769
- STJ: Jurisprudência dominante – Nova Súmula .....769
- TST: Repositório de jurisprudência – Sites na internet .....768

#### DOCTRINAS

- O TST e a lógica do absurdo – Thomaz Thompson Flores Neto .....768
- Teorias do Direito Penal: O que é a “teoria da Imputação objetiva”? – Fernando Capez .....767
- Um novo conceito de jurisprudência predominante – Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos .....767

#### ESTUDO DE CASOS

- Antecipação de tutela – Requisitos .....764
- Disparo de alarme antifurto em estabelecimento comercial – Inexistência de dano .....762

#### NOTICIÁRIO

##### Destaques da semana .....760

- Competência: STF reconhece ao MP poder de investigação criminal
- Conama: inspeção veicular obrigatória em todo país é aprovada
- Descrédito: população está menos confiante no Judiciário
- Simulação de sequestro: negado pedido de liberdade a universitária
- Sistema de cotas: universidade pode restringir acesso de alunos
- Transcendência: TST pode vir a julgar apenas questões relevantes
- Violência escolar: adolescentes são punidos por bullying

##### Projetos de lei .....759

- Cobrança de boleto bancário ou carnê mediante acordo entre consumidor e empresa
- Imposto de renda para poupança acima de R\$ 150 mil
- Pedido de separação e divórcio por meio eletrônico
- Reconhecimento de papiloscopista como perito

#### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 19-10 a 23-10-2009 .....759

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 23/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 25/10/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 688/673 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 43

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Citação

• Pessoas jurídicas como os Bancos Comerciais não têm que ser necessariamente acionados no foro da sua sede, nem citados na pessoa de seu Diretor Presidente.

##### Precatório

• Os incidentes decorrentes do processamento dos precatórios devem ser resolvidos pelo juiz da execução e não pelo Presidente do Tribunal.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Cessão de crédito

• A cessão de crédito realizada por instrumento particular não produz efeitos em relação aos devedores se ausente o registro público no cartório competente.

##### Seguro de vida em grupo

• Evidencia-se a má-fé da segurada pelo fato de, mesmo sabendo de seu grave estado de saúde, ter firmado o contrato de seguro de vida sem nada mencionar a respeito.

#### PENAL E PROCESSO

##### Estupro e atentado violento ao pudor

• Possível o reconhecimento de continuidade delitiva entre crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

##### Execução provisória

• O STF decidiu pela inconstitucionalidade da execução provisória da pena baseada no mero efeito devolutivo do recurso especial.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Auxílio-doença

• É indevida a concessão de auxílio-doença quando a perícia judicial, em que pese ter apurado que o autor é portador do vírus HIV, demonstra que a doença é assintomática.

##### Professor

• A redução de aulas, em virtude de evasão de alunos, não tipifica força maior, mas risco empresarial que deverá ser assumido pelo empregador.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Energia elétrica

• A devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados dos usuários de serviços públicos essenciais dispensa a prova da existência de má-fé.

##### Pensão por morte

• O direito de pleitear a pensão estatutária é imprescritível, estando sujeitas à prescrição apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecede a propositura da ação.

#### TRIBUTÁRIO

##### Execução fiscal

• Não há norma que determine a suspensão da prescrição do crédito tributário para a hipótese de arquivamento do feito executivo, sem baixa na distribuição.

##### Responsabilidade tributária

• A assinatura de Termo de Compromisso ou outro instrumento análogo não acarreta a responsabilidade tributária do agente marítimo firmatário.



## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 30/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 01/11/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 782/771 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 44

### Sumário

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TRF-3ª R.:** Diário da Justiça Eletrônico – Publicações em feriados e no recesso forense .....781
- **TRF-4ª R.:** Recursos extraordinários e especiais – Tramitação .....781

#### ATOS DO LEGISLATIVO

- Inconstitucionalidade por omissão – Disciplina processual .....780

#### DOCTRINAS

- Mais um golpe no consumidor – **Eduardo Antônio Kremer Martins** .....780
- O artigo 62 da CLT e o aspecto ofensivo ao direito constitucional ao lazer – **Tadeu Alexandre de Albuquerque e Silva** .....779
- Receita para criar um marginal – **Roger Spode Brutti**.....777

#### ESTUDO DE CASOS

- Porte e posse ilegal de munição – Considerações .....776
- Processo de inventário – Extinção pela inércia – Impossibilidade .....775

#### NOTICIÁRIO

##### Destaques da semana .....773

- Barbárie: aluna é assediada e humilhada dentro da faculdade
- Conciliação prévia: cobrança de taxa em norma coletiva é ilegal
- REFIS: processo administrativo de exclusão é inconstitucional
- Súmulas: STJ aprova quatro novos enunciados
- Temas diversos: STF aprova cinco novas súmulas vinculantes
- Tráfico de drogas: STJ analisa autorização de pena alternativa
- Uso de algemas: PGR defende cancelamento de súmula

##### Projetos de lei .....772

- Empresas poderão ser obrigadas a divulgar CNPJ em seus sites
- Proposta altera Lei de Improbidade Administrativa
- Proposta desvincula receitas da União para educação
- Vai à sanção a proposta que altera as regras da Lei do Inquilinato

#### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 26-10 a 30-10-2009 .....771



## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 30/10/2009 – EXPEDIÇÃO: 01/11/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 704/689 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 44

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Embargos de terceiro

- Cabe à mulher que opõe embargos de terceiro o ônus da prova de que disso não resultou benefício para a família.

##### Execução

- Cabe o reexame necessário no tocante às sentenças que julgarem liquidação por arbitramento ou por artigos, nas execuções de sentenças ilíquidas contra a União, os Estados e os Municípios.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Alimentos

- As pensões alimentícias devem sofrer reajuste para que não se tornem defasadas com o passar do tempo e deixem de atender ao binômio possibilidade/necessidade.

##### Promessa de compra e venda

- Por ocasião da rescisão contratual o valor dado a título de sinal – arras – deve ser restituído ao *reus debendi*.

#### PENAL E PROCESSO

##### Receptação

- Para a caracterização do delito de receptação é indispensável que o agente tenha prévia ciência da origem criminosa do objeto.

##### Roubo

- A promessa de auxílio feita antes do cometimento do crime configura modalidade de participação e não o crime de favorecimento real.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Execução de sentença

- Decorrido o prazo de lei sem que a empresa em recuperação judicial cumprisse suas obrigações comerciais, há de se prosseguir na execução trabalhista com a alienação dos bens.

##### Honorários de advogado

- Não se pode mais entender que a assistência judiciária fica limitada ao monopólio sindical.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Contrato administrativo

- Tratando-se de rescisão unilateral de contrato administrativo, o ato deve ser formalmente motivado.

##### Energia elétrica

- Não há que se falar em corte no fornecimento de energia elétrica por débitos pretéritos, como forma de coação ao pagamento.

#### TRIBUTÁRIO

##### Ação de repetição de indébito

- Desnecessária, para fins de reconhecer o direito alegado pelo autor, a juntada de todos os comprovantes de recolhimento do tributo.

##### Contribuição previdenciária

- A retenção, pelo tomador de serviços, de contribuição sobre o mesmo título e com a mesma finalidade, implica supressão do benefício de pagamento unificado destinado às pequenas e microempresas.

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 06/11/2009 – EXPEDIÇÃO: 08/11/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 796/783 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 45

### Sumário

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Interceptação telefônica –  
Disciplinamento.....795
- **CNJ:** Poder familiar – Destituição ou suspensão –  
Guia única de acolhimento e de desligamento.....795
- **TST:** Agravo de Instrumento e Recurso de  
Revista – Pendência de distribuição –  
Tramitação por meio eletrônico .....794

#### DOCTRINAS

- Direito à produção de provas –  
**Paulo Márcio Reis Santos**.....793
- A exigência de caução na tutela liminar  
no regime da nova lei de mandado de  
segurança (Lei nº 12.016/2009) – Avanço,  
não retrocesso! – **Márcio Kammer de Lima** .....792
- Considerações sobre o Projeto de  
Lei nº 71 de 2007, que altera a Lei  
do Inquilinato – **André Luiz Junqueira** .....791

#### ESTUDO DE CASOS

- Dispensa e inexigibilidade de licitação –  
Diferenças.....789
- Recurso – Interposição antes da publicação  
do acórdão.....787

#### NOTICIÁRIO

- Destaques da semana** .....785
- Anabolizante: venda e aplicação configura cri-  
me hediondo

- Enunciados: TJ-RJ aprova novas orientações
- Justiça via SMS: juiz usa torpedo de celular para  
proferir sentença
- Nova Lei de Adoção: Lei nº 12.010/2009 já está  
em vigor
- PEC dos Precatórios: Plenário aprova proposta  
em 1º turno
- Serviços advocatícios: contrato configura rela-  
ção de consumo
- Súmulas do STJ: 1ª Seção aprova quatro novos  
enunciados
- Supressão de horas extras: julgamento polêmico  
no TST
- Vagas de garagem: STJ aplica vários entendi-  
mentos sobre o tema

#### Projetos de lei .....784

- Aprovada proposta para combater adulteração  
de combustíveis
- Comissão aprova novas regras para os planos de  
saúde
- Comissão aprova piso salarial para advogados
- Contratação de ex-presidiário poderá ser critério  
de desempate em licitação
- Trabalhador poderá ter mais duas folgas anuais
- Vai à sanção a proposta que cria o Fundo Nacio-  
nal do Idoso

#### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 3-11 a 6-11-2009.....783



## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 06/11/2009 – EXPEDIÇÃO: 08/11/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 720/705 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 45

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Embargos do devedor

♦ A penhora de mão própria só é possível se ambos os créditos forem certos, líquidos e exigíveis, hipótese em que, mais do que a garantia do juízo, haverá a compensação *ope legis*.

##### Representação processual

♦ Se o mandante não é cientificado da renúncia do mandato *ad judicium*, em pleno curso da ação, não há como liberar o Advogado do dever de representação.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Alimentos

♦ O alimentante não possui legitimidade ativa para propor ação de prestação de contas contra a mãe dos alimentados, administradora dos alimentos.

##### Cláusula penal

♦ Reconhecida a inexecução total e culposa pela quebra do contrato, é devida, alternativamente, a multa prévia e contratualmente convencionada a título de cláusula penal.

#### PENAL E PROCESSO

##### Execução penal

♦ No caso de cometimento de novo crime doloso, pelo apenado, a caracterização da falta grave independe do trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.

##### Justiça da infância e da juventude

♦ A ausência de defesa prévia – que traduz faculdade decorrente do postulado constitucional da plenitude de defesa – não configura, por si só, causa de invalidação do processo penal condenatório.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Ação rescisória

♦ Não há necessidade de que a citação ou a intimação sejam pessoais, efetuados na pessoa do reclamado, bastando para a sua validade, a entrega no correto endereço.

##### Estabilidade provisória

♦ Constatada a doença ocupacional, sem que o autor tenha recebido o benefício de auxílio-doença acidentário da Previdência Social, não há falar em estabilidade provisória.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Desapropriação

♦ Para que o expropriado tenha direito à devolução do imóvel, ou seja indenizado, é necessário que o Poder Público dê ao bem destinação que não atenda ao interesse público.

##### Terreno de marinha

♦ O prazo prescricional para a cobrança da taxa de ocupação de terrenos de marinha é de cinco anos, independentemente do período considerado.

#### TRIBUTÁRIO

##### Execução fiscal

♦ Não há como se outorgar suspensividade aos embargos quando o executado deixar de garantir a execução e de demonstrar relevantes fundamentos fáticos e jurídicos em seu favor.

##### IPTU

♦ Restando demonstrado que a área tributada pelo Fisco não se destina à atividade rural, impõe-se o prosseguimento do executivo fiscal para a cobrança do IPTU.

# SELEÇÕES JURÍDICAS

**Adv**  
ADVOCACIA DINÂMICA

OUTUBRO/2009



## EM FOCO

### **AÇÃO POPULAR AMBIENTAL**

Um instrumento processual em  
defesa da cidadania

### **ROYALTIES AO EXTERIOR**

Requisitos essenciais para a remessa

## Destaques

### **Antecipação de Tutela contra o Poder Público**

Proteção ao princípio da  
dignidade da pessoa humana

### **Marketing Jurídico**

Chega de mesmice: ideias para  
brochuras diferenciadas

### **Softwares piratas**

Programas sem a devida licença ou  
autorização de uso



REPOSITÓRIO  
ORGANIZADO DE

## SELEÇÕES JURÍDICAS

*As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.*

### REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

#### **STF**

Registro nº 39/2008  
(DJE de 4-4-2008)

#### **TST**

Registro nº 32/2007  
(DJ-U, 17-10-2007)

# Sumário

## DOUTRINAS

- A ação popular ambiental, um instrumento processual em defesa da cidadania – **Clovis Brasil Pereira** ..... 3
- A prisão civil do depositário judicial infiel economicamente capaz: um outro olhar – **Guilherme Guimarães Feliciano** ..... 13
- Requisitos essenciais para a remessa de *royalties* ao exterior – **Lucas Lopes Carrera** ..... 25

## PANORAMA

- **GESTÃO DE CARREIRA E MARKETING JURÍDICO**
  - Chega de mesmice: ideias para brochuras diferenciadas – **Marco Antonio P. Gonçalves** ..... 52
- **OPINIÃO**
  - A franqueza espantosa da Srª Gabriela Leite – **Francisco César Pinheiro Rodrigues** ..... 54

## ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Antecipação de tutela contra o Poder Público – Princípio da dignidade da pessoa humana ..... 56
- Prisão preventiva – Acusado acometido de doença grave – Prisão domiciliar ..... 60

### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Multa de trânsito – Apresentação de condutor ..... 63
- *Softwares* piratas – Programas sem a devida licença ou autorização de uso ..... 65

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Advogado empregado – Contratação anterior à Lei 8.906/94 .... 67
- Mandado de segurança – Impenhorabilidade dos proventos de aposentadoria ..... 74

PUBLICAÇÃO MENSAL

ANO XXV

Nº 11

NOVEMBRO

2009

ISSN 1981-5522



**BDA**

**BOLETIM DE  
DIREITO ADMINISTRATIVO**

## DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

INCONSTITUCIONALIDADE DECORRENTE DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Clèmerson Merlin Clève e Cláudia Honório) .....	1225
CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO: A VIABILIDADE DE TARIFAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FRUIÇÃO OBRIGATÓRIA (Fernando Vernalha Guimarães) .....	1238
REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS (Ronny Charles Lopes de Torres) .....	1247
OMISSÃO LEGISLATIVA E O PODER JUDICIÁRIO: UM “LEGISLADOR POSITIVO”? (Manuela Prado Leitão) .....	1257
SERVIDOR PÚBLICO – Sindicância – Apuração de Suposta Inobservância de Deveres e Proibição Funcionais – Não-Ocorrência da Hipótese do Inc. IX do Art. 117 da Lei nº 8.112/90 – Prescrição da Pretensão Punitiva quanto ao Descumprimento de Deveres – Registro nos Assentamentos Funcionais, conforme Previsão do Art. 170 da Lei nº 8.112/90 (Tribunal de Contas da União)	1272
MAGISTRADO – Aposentadoria – Acumulação dos Proventos com os Subsídios de Deputado Federal – Possibilidade, desde que Respeitado o Teto Remuneratório Constitucional – Limite Fixado para os Subsídios dos Ministros do STF (Tribunal de Contas da União) .....	1290
INSS – Alienação da Gestão Financeira de Pagamentos Previdenciários – Desnecessidade de Lei Autorizativa Específica – Contratação que, em Tese, Pode Ser Promovida por Meio do Pregão Tipo “Maior Preço” – Possibilidade – Caráter Excepcional – Natureza do Objeto a Ser Contratado e Obtenção da Proposta Mais Vantajosa para a Administração (Tribunal de Contas da União)	1296



## JURISPRUDÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO – Cargo de Psicóloga – Pedido de Prorrogação do Prazo para a Posse – Conclusão do Curso Superior – Indeferimento – Requerimento de Licença-Saúde pelo Período de Noventa Dias – Apresentação de Atestado Médico – Fraude Material – Anulação do Ato de Nomeação – Observância à Ampla Defesa e ao Contraditório .....	1317
TOMBAMENTO – Prédio Histórico Descaracterizado Completamente pelo Antigo Proprietário – Imposição, ao Adquirente do Bem, da Restauração do Imóvel – Inadmissibilidade .....	1322
PENSIONISTA MILITAR – Morte – Comunicação Tardia do Óbito à Autoridade – Valores Depositados Indevidamente em Conta Corrente – Saque pela Filha da Falecida – Não-Ocorrência de Erro de Direito ou de Fato – Má-Fé Comprovada – Sentença Mantida .....	1325
SERVIDOR PÚBLICO – Suspensão – Descumprimento da Função de Plantonista de Sobreaviso – Embriaguez – Alegada Ausência de Prova Técnica – Irrelevância – Presença de Outros Elementos de Prova – Existência de Outras Condutas Irregulares – Observância aos Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade .....	1330
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Responsabilidade Objetiva – Ação Policial – Abordagem Indevida com a Invasão de Estabelecimento Comercial – Prisão Ilegal – Atitude Arbitrária – Abalo Psicológico à Vítima – Nexo Causal Caracterizado – Danos Morais Devidos .....	1333

## ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

---

# Fórum de Direito Urbano e Ambiental

---



ISSN 1676-6962

# Sumário

## DOCTRINA

### Artigos

A supremacia do interesse nacional em matéria ambiental e os riscos para o federalismo, para o equilíbrio ambiental e para a segurança jurídica da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, do Estado de Santa Catarina <b>Curt Trennepohl</b> .....	9
Estatuto da Cidade: razão de descrença ou de otimismo? Adicionando complexidades à reflexão sobre a efetividade da lei <b>Edésio Fernandes, Betânia Alfonsin</b> .....	17
Limpeza urbana: panorama geral e perspectivas para o setor <b>Floriano de Azevedo Marques Neto, Clarissa Ferreira de Melo Mesquita</b> .....	24
Direito de retrocessão: preço a ser pago pelo expropriado e outros aspectos polêmicos <b>Gustavo Alexandre Magalhães</b> .....	45
Taxa de ocupação de terrenos de Marinha: fato gerador, procedimento de cobrança e prescrição <b>Marcelo Adriano Micheloti</b> .....	52
Desafios de concretização do direito (fundamental) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: o exemplo da concessão de florestas e do aquecimento global <b>Marco Túlio Reis Magalhães</b> .....	58
Descarceirização no Direito Penal e Processual Penal Ambiental <b>Rogério Santana da Silva</b> .....	67
A autorização para supressão de vegetação de área de preservação permanente no meio urbano cabe ao Município <b>Toshio Mukai</b> .....	75

## Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

As limitações administrativas impostas à propriedade privada em áreas de proteção ambiental <b>Walter Rocha de Cerqueira, André Luis Campos Viana</b> .....	77
A Portaria MMA/IBAMA nº 259/2009 e o princípio da legalidade: primeiras considerações <b>Walter Rocha de Cerqueira</b> .....	78

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdãos na Íntegra

<b>Superior Tribunal de Justiça</b> Dano ao meio ambiente – Regra expressa – Proibição da queima da palha de cana-de-açúcar – Exceção existente somente para preservar a identidade cultural – Viabilidade do uso de tecnologias modernas – Prevalência do interesse econômico – Impossibilidade. Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.094.873 - SP (2008/0215494-3).....	81
<b>Tribunal Regional Federal da 2ª Região</b> IPHAN – Competência da Justiça Federal – Centro histórico – Tombamento – Obra irregular – Residência localizada nas adjacências – Incidência do art. 18 do Decreto-lei nº 25/37 – Ausência de autorização – Cidade convertida em monumento nacional. Apelação Cível nº 2000.02.01.002902-0.....	84
<b>Tribunal Regional Federal da 3ª Região</b> Reforma agrária – Assentamento – Licença ambiental – Lei nº 6.938/81 e Resolução nº 289/01 do CONAMA – Impossibilidade do INCRA promover substituição ou assentar novas famílias – Termo preliminar de compromisso. Apelação/Reexame Necessário nº 2006.61.05.012653-5/SP.....	87
<b>Tribunal Regional Federal da 4ª Região</b> Zoneamento urbano – Conflito entre LC e LO – Controle de legalidade – Princípio da precaução – Necessidade de estudo de impacto ambiental – Licença para construir insubsistente – Adoção de medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias. Agravo de Instrumento nº 2009.04.00.009299-2/SC.....	90
<b>Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul</b> Ação civil pública – Defesa do meio ambiente – Corte de árvores nativas – Reparação do dano – Cabimento. Apelação Cível nº 70025983800.....	101

## Ementário

Ação civil pública.....	105
Ação popular .....	109
Administrativo.....	111
Biota .....	115
Constituição.....	115
Crime ambiental .....	115
Dano ambiental.....	118
Impacto ambiental.....	121
Licenciamento ambiental .....	122
Preservação permanente.....	123
Processual civil.....	126
Reserva legal .....	126
Responsabilidade civil.....	126
Tombamento .....	127

## Tendências Jurisprudenciais

Ação civil pública.....	129
Floresta amazônica .....	129
Reflorestamento .....	129
Recuperação ambiental .....	129
Reserva florestal.....	130
Responsabilidade civil.....	131

## LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação .....	133
ÍNDICE .....	139
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES .....	143

Revista  
**Bonijuris**  
 NOVEMBRO/09

**ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR**

Pág. XXXII

Faculdade - Prestação de Serviço Educacional  
 - Alteração no Decorrer do Curso (TJ/DF)

Imóvel - Gravação de Cláusula  
 de Inalienabilidade Vitalícia (STJ)

Ação de Investigação de Paternidade  
 - Exame de DNA Existente e Desconhecido (STJ)

Tráfico de Drogas - Pena de Curta Duração  
 - Cumprimento da Pena (STJ)

Sucessão de Espólio - Recurso Interposto  
 pelo Inventariante - Lei 6.858/80 (TST)

Transporte de Mercadoria Estrangeira  
 - Perdimento do Veículo - Impossibilidade (STJ)

Cooperativa - Contribuição Social  
 - Lei Complementar 84/96 - Constitucionalidade (STF)

**LEGISLAÇÃO**

Lei nº 12.033/09 - Injúria Discriminatória e Contra  
 Presidente da República - Ação Penal Pública  
 Condicionada  
 Pág. LIII

Lei nº 12.036/09 - Lei de Introdução ao  
 Código Civil - Divórcio Realizado no Estrangeiro  
 Pág. LIII

Lei nº 12.037/09 - Identificação Criminal do Civilmente  
 Identificado - Regulamentação do Art. 5º/CF, inc. LVIII  
 Pág. LIII

Lei nº 12.039/09 - Documento de Cobrança de Dívida  
 - Necessidade de Constar Nome, Endereço e CPF ou  
 CNPJ do Fornecedor do Produto ou Serviço  
 Pág. LIV

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS Pág. LV

A Questão da Regulamentação de Visitas Avoengas  
 Caio Franklin de Sousa Morais

**DOCTRINA****O EMPREGADO FUMANTE PASSIVO E A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR**

Zeno Simm  
 Pág. V

**O NOVO ESTATUTO LEGAL DOS CRIMES SEXUAIS: DO ESTUPRO DO HOMEM AO FIM DAS VIRGENS...**

Plínio Antônio Britto Gentil  
 Ana Paula Jorge  
 Pág. VIII

**UM NOVO CONCEITO DE JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE**

Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos  
 Pág. XII

**A SOCIEDADE E SEUS CONCEITOS**

Eliane Scheidt  
 Pág. XV

**A MOTIVAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL: O MITO DA NEUTRALIDADE E A INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS PUNITIVISTAS NO MODO DE PENSAR DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS**

Marcelo Marcante Flores  
 Raccius Potter  
 Pág. XXIII

Repositório Autorizado

TST - Registro nº 24/2001  
 STF - Registro nº 34/2003  
 STJ - Registro nº 56/2005



**CONSELHO EDITORIAL**

Coordenador: Luiz Fernando Coelho  
Antonio Carlos Facioli Chedid  
Carlos Alberto Silveira Lenzi  
Carlos Roberto Ribas Santiago  
Clèmerson Merlin Clève  
Edésio Franco Passos  
Hélio de Melo Mosimann  
Humberto D'Ávila Rufino  
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho  
João Casillo  
João Oreste Dalazen  
Joel Dias Figueira Júnior  
Manoel Antonio Teixeira Filho  
Manoel Caetano Ferreira Filho  
Maximiliano Nagl Garcez  
Rolf Koerner Júnior  
Zeno Simm

**DIRETOR**

Luiz Fernando de Queiroz

**CONSELHO DE PESQUISADORES**

André Barbieri Souza  
Carlos Oswaldo M. Andrade  
Eduardo Cambi  
Elionora Harumi Takeshiro  
Geison de Oliveira Rodrigues  
Geraldo Vaz da Silva  
José Lúcio Glomb  
Joseph Ernst Gardemann Filho  
Luciano Augusto de Toledo Coelho  
Luiz Carlos da Rocha  
Luiz Salvador  
Maria de Lourdes Cardon Reinhardt  
Paula Tiemi Toyofuku  
Rafael Cessetti  
Rogério Distéfano  
Roland Hasson  
Sérgio de Aragon Ferreira  
Solange Roessle  
Yoshihiro Miyamura

**DOCTRINA**

**O Empregado Fumante Passivo e a Responsabilidade do Empregador** ..... 05  
*Zeno Simm*

**O Novo Estatuto Legal dos Crimes Sexuais: do Estupro do Homem ao Fim das Virgens...** ..... 08  
*Plínio Antônio Britto Gentil*  
*Ana Paula Jorge*

**Um Novo Conceito de Jurisprudência Predominante** ..... 12  
*Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos*

**A Sociedade e Seus Conceitos** ..... 15  
*Eliane Scheidt*

**A Motivação da Decisão Judicial: o Mito da Neutralidade e a Influência dos Discursos Punitivistas no Modo de Pensar dos Magistrados Brasileiros** ..... 23  
*Marcelo Marcante Flores*  
*Raccius Potter*

**ACÓRDÃO EM DESTAQUE**

Casamento - Violação do Dever Conjugal - Infidelidade - Dano Moral Caracterizado (TJ/MG) .. 29

**INTEIRO TEOR**

Faculdade - Prestação de Serviço Educacional - Alteração no Decorrer do Curso (TJ/DF) .. 33

Imóvel - Gravação de Cláusula de Inalienabilidade Vitalícia (STJ) ..... 34

Ação de Investigação de Paternidade - Exame de DNA Existente e Desconhecido (STJ) . 36

Tráfico de Drogas - Pena de Curta Duração - Cumprimento da Pena (STJ) ..... 37

Sucessão de Espólio - Recurso Interposto pelo Inventariante - Lei 6.858/80 (TST) ..... 39

Transporte de Mercadoria Estrangeira - Perdimento do Veículo - Impossibilidade (STJ) ... 40

Cooperativa - Contribuição Social - Lei Complementar 84/96 - Constitucionalidade (STF) .. 42

**EMENTÁRIO**

Civil - Comercial ..... 43

Imobiliário ..... 44

Processo Civil ..... 45

Penal - Processo Penal ..... 46

Trabalhista - Previdenciário ..... 48

Administrativo - Constitucional ..... 50

Tributário ..... 51

**LEGISLAÇÃO**

Lei nº 12.033/09 - Injúria Discriminatória e Contra Presidente da República - Ação Penal Pública Condicionada ..... 53

Lei nº 12.036/09 - Lei de Introdução ao Código Civil - Divórcio Realizado no Estrangeiro . 53

Lei nº 12.037/09 - Identificação Criminal do Civilmente Identificado - Regulamentação do Art. 5º/CF, inc. LVIII ..... 53

Lei nº 12.039/09 - Documento de Cobrança de Dívida - Necessidade de Constar Nome, Endereço e CPF ou CNPJ do Fornecedor do Produto ou Serviço ..... 54

**COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS**

**A Questão da Regulamentação de Visitas Avoengas** ..... 55  
*Caio Franklin de Sousa Moraes*

**EVENTOS/NOTÍCIAS** ..... 58

**REPOSITÓRIO AUTORIZADO**

TST Nº 24/2001  
STF Nº 34/2003  
STJ Nº 56/2005

**COEDIÇÃO:**

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ  
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES  
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris  
ISSN 1809-3256  
**Qualis C – Capes**  
Ano XXI - Nº 552  
Edição Mensal - Novembro/09

Editor  
Jornalista Arnaldo Anater  
(in memoriam)

**INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS**  
R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR  
[www.bonijuris.com.br](http://www.bonijuris.com.br)

**Administrativo - Comercial - Suporte de Informática**  
Fone-fax: (41) 3323-4020  
E-mail: [bonijuris@bonijuris.com.br](mailto:bonijuris@bonijuris.com.br) / [comercial@bonijuris.com.br](mailto:comercial@bonijuris.com.br)

**Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio**

Fone: (41) 3322-3835  
E-mail: [juridico@bonijuris.com.br](mailto:juridico@bonijuris.com.br)

# ***REVISTA DA ESMESE***

---

Revista da ESMESE, nº 12, 2009

---

# Sumário

APRESENTAÇÃO.....	13
DOCTRINA.....	15
POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO <i>EX OFFICIO</i> DA TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA Daniel de Lima Vasconcelos.....	17
A DIGNIDADE DA PESSOA INVESTIGADA E A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA: TUTELA JUDICIAL APLICÁVEL E SUAS CARACTERÍSTICAS E EFEITOS André Luiz Vinhas da Cruz, Paulo Roberto Brescovici & Salatiel Soares de Souza .....	41
RECLAMAÇÃO 4.335/AC: A REINTERPRETAÇÃO DO ART. 52, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Bárbara Soares Amaral.....	73
ALIMENTOS GRAVÍDICOS Sílvia França de Souza Morelli.....	81
ODANO MORAL DECORRENTE DA RESPONSABILIDADE MÉDICA PROFISSIONAL Thyago Avelino Santana dos Santos.....	95
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS BASES LEGAIS Alessandro Araújo Mendes & Kátia Regina Lopes Costa.....	109
NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS Patrícia Cunha Barreto de Carvalho.....	121
A PRISÃO EM FLAGRANTE À LUZ DO DIREITO ADMINISTRATIVO Filipe Côrtes de Menezes.....	129

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DA LEI MARIA DA PENHA Fábio Dantas de Oliveira.....	143
TRANSFUSÕES SANGUÍNEAS EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE COMO TÉCNICA HERMENÊUTICA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS VIDA E LIBERDADE RELIGIOSA Renata Garcia Moreno Guimarães.....	153
ASPECTOS PENAIS E PROCESSUAIS DA LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO Hélio Mamede Frota.....	161
CONDICIONANTES À CONTINUIDADE DAS TERRAS INDÍGENAS SEGUNDO O STF Jean-Claude Bertrand de Góis.....	211
A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO TEMPORÁRIA Daniela Patrícia dos Santos Andrade.....	227
CRIMES HEDIONDOS E EXECUÇÃO DA PENA: A QUESTÃO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI 11.464/2007 Carla Maria Franco Lameira Vitale.....	251
SÚMULA IMPEDITIVA DE RECURSOS – CELERIDADE X SEGURANÇA JURÍDICA Adriana Maria Celestino Menêses.....	291
DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: O (DES)ASSISTIDO PELA CONSTITUIÇÃO Bernardo Montalvão Varjão de Azevêdo.....	309
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA RELACIONADOS AO INCISO DO ARTIGO 114 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 Dayse Coelho de Almeida.....	351
CONTRIBUIÇÕES DAS ESCOLAS PENAIS AO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO Olivia Fernandes Leal de Mello.....	373

ALTERAÇÃO DO PRENOME E SUAS POSSIBILIDADES NO  
MUNDO JURÍDICO

Luciana Barreto Melo.....419

A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 492, § 1º, DO CÓDIGO DE  
PROCESSO PENAL. O JÚRI E AS INFRAÇÕES DE MENOR  
POTENCIAL OFENSIVO

Jayme Walmer de Freitas.....433

O § 4º DO ART. 394 DO CPP E O PROCEDIMENTO PENAL NA LEI DE  
DROGAS  
(LEI N. 11.343/2006)

Renato Marcão.....443

O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A VEDAÇÃO AO  
REGIME PRISIONAL INTEGRALMENTE FECHADO

Liana Menezes Santos.....453



REVISTA DA  
FACULDADE DE DIREITO  
MILTON CAMPOS

VOLUME 16

REV. FAC. DIR. MILTON CAMPOS	N. 16	P. 1-400	2008
------------------------------	-------	----------	------

Belo Horizonte – 2008

# SUMÁRIO

CARLOS ALBERTO ROHRMANN

A informatização do processo judicial segundo a Lei n. 11.419,  
de 19 de dezembro de 2006 ..... 19

NANCI DE MELO E SILVA

O dano moral e a justiça do trabalho ..... 69

LUCAS DE ALVARENGA GONTIJO

Direito, teoria dos sistemas e pragmatismo: ensaio sobre os  
usos da teoria dos sistemas a partir do confronto entre Niklas  
Luhmann e a filosofia pragmática ..... 75

RICARDO ADRIANO MASSARA BRASILEIRO

Breve abordagem do *discurso do método* e do seu lugar  
na história do pensamento jurídico ..... 99

CIMON HENDRIGO BURMANN DE SOUZA

A autonomia privada na perspectiva do Estado Democrático de  
Direito ..... 117

STEFANIA NUNZIATA VALENZA PAIVA

Novos modelos contratuais para uma nova matriz energética:  
aspectos jurídico-econômicos para produção de biocombustíveis  
no Brasil ..... 145

FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO

O conceito de constituição na modernidade: um estudo  
a partir da Revolução Francesa ..... 175

DÉLBER ANDRADE LAGE

A crescente influência das Organizações Não-Governamentais:  
chances e riscos ..... 197

LEONARDO NEMER CALDEIRA BRANT	
A crescente influência das Organizações Não-Governamentais: chances e riscos .....	197
BART CUSTERS	
Tapping and data retention in ultrafast communication networks.....	219
JI LIAN YAP	
Appraising the market overt exception .....	251
YU WU	
Truth finding: do subsidies continue after privatization? .....	275
BÁRBARA ALENCAR FERREIRA LESSA	
A teoria de direito natural de Santo Tomás de Aquino: uma reflexão a partir das críticas de Hans Kelsen ao jusnaturalismo.....	309
JÚLIO AGUIAR DE OLIVEIRA	
A teoria de direito natural de Santo Tomás de Aquino: uma reflexão a partir das críticas de Hans Kelsen ao jusnaturalismo.....	309
ALINE MARIA POLLOM FRANCO NAVES	
Introdução aos aspectos jurídicos dos dados genéticos humanos; Dados genéticos como direitos de personalidade e sua proteção jurídica .....	331
BRUNO TORQUATO DE OLIVEIRA NAVES	
Introdução aos aspectos jurídicos dos dados genéticos huma- nos; Dados genéticos como direitos de personalidade e sua proteção jurídica.....	331
FÁBIO MURILO NAZAR	
A revisão de erro material no momento do pagamento do precatório judicial .....	353
MICHAEL CÉSAR SILVA	
A princiologia contratual contemporânea e o direito do consumidor .....	373

REVISTA DA  
FACULDADE DE DIREITO  
MILTON CAMPOS

VOLUME 17

REV. FAC. DIR. MILTON CAMPOS	N. 17	P. 1-320	2008
------------------------------	-------	----------	------

Belo Horizonte – 2008

## SUMÁRIO

AROLDO PLÍNIO GONÇALVES

Preclusão ..... 19

RICARDO ADRIANO MASSARA BRASILEIRO

Preclusão ..... 19

LUIZ FERNANDO DA SILVEIRA GOMES

O cumprimento de sentença após a Lei n. 11.232, de 22 de dezembro de 2005, a Ação de Execução de título executivo extrajudicial após a Lei n. 11.382, de 06 de dezembro de 2006, as Execuções Fiscais e contra a Fazenda Pública. .... 25

FERNANDO ARMANDO RIBEIRO

A aplicação do direito na perspectiva hermenêutica de Hans-Georg Gadamer..... 37

BÁRBARA GONÇALVES DE ARAÚJO BRAGA

A aplicação do direito na perspectiva hermenêutica de Hans-Georg Gadamer ..... 37

LUCIANO SANTOS LOPES

A tutela dos direitos humanos como fundamento da intervenção punitiva..... 71

FRANCESCO ZAPPALÁ

Nasciturus Diritti e responsabilità..... 83

MARCO ANTÔNIO SOUSA ALVES

Direito, poder e saber em *Édipo Rei* de Sófocles..... 107

SILMA MENDES BERTI

Proteção jurídica dos animais ..... 127

EDGARD AUDOMAR MARX NETO

Proteção jurídica dos animais ..... 127



<b>RODRIGO ALMEIDA MAGALHÃES</b> Constituição das obrigações, o ambiente eletrônico e o problema da determinabilidade do sujeito. A alternativa da assinatura e Certificação Digital.....	137
<b>ROBERTO HENRIQUE PÔRTO NOGUEIRA</b> Constituição das obrigações, o ambiente eletrônico e o problema da determinabilidade do sujeito. A alternativa da assinatura e Certificação Digital .....	137
<b>AARÓN OYARCE-YUZZELLI</b> Genetically modified organisms (GMO) and the European Union case study.....	183
<b>RICARDO LUIZ PEREIRA MARQUES</b> Função econômica das marcas.....	205
<b>JÚLIO AGUIAR DE OLIVEIRA</b> Propriedade e função social – Ensaio sobre a filosofia da propriedade privada .....	231
<b>EDGAR GASTÓN JACOBS FLORES FILHO</b> Propriedade e função social – ensaio sobre a filosofia da propriedade privada .....	231
<b>DANIEL SILVA QUEIROGA</b> O novo estudo do direito do comércio internacional: lucro-propriedade intelectual ou vida-dignidade? .....	245
<b>TEREZA CRISTINA MONTEIRO MAFRA</b> (Im)Penhorabilidade do bem de família do fiador na locação residencial: a eficácia horizontal do direito fundamental à moradia e a proteção constitucional da família.....	285
<b>MARCELO DE OLIVEIRA MILAGRES</b> (Im)Penhorabilidade do bem de família do fiador na locação residencial: a eficácia horizontal do direito fundamental à moradia e a proteção constitucional da família.....	285
<b>PAULO HENRIQUE GONÇALVES PIRES</b> Cláusulas restritivas ao Direito de Propriedade .....	305

# Meritum

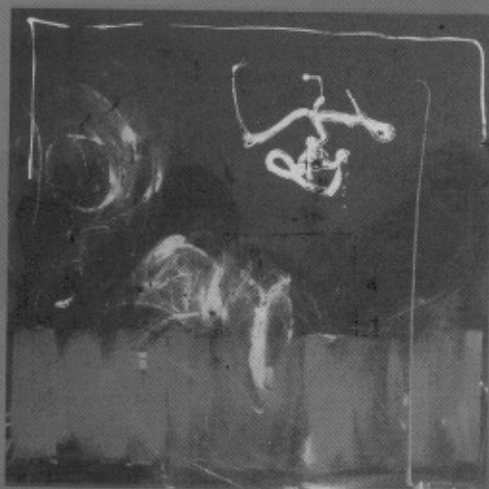
REVISTA DE DIREITO DA FCH/FUMEC



<b>1 O processo penal italiano e os direitos de defesa no estágio pré-processual</b> .....	5
<i>Benedetta Galgani</i>	
<b>1 Italian criminal procedure and rights of defence in the pre-trial stage</b> .....	25
<i>Benedetta Galgani</i>	
<b>3 Documentos sacerdotais e relações externas de Roma antiga: os fragmentos dos documentos dos feciais</b> .....	45
<i>Luciene Dal Ri</i>	
<b>3 Embargos de declaração e efeito modificativo do julgado: uma perspectiva atual</b> .....	75
<i>Raquel Nogueira Martins</i>	
<b>4 Juventude e drogas: uma abordagem legal</b> .....	97
<i>Paula Nunes Correia e Teresa Albuquerque e Sousa</i>	
<b>4 Youth and drugs: a legal overview</b> .....	133
<i>Paula Nunes Correia e Teresa Albuquerque e Sousa</i>	
<b>5 A cultura jurídico-penal germânica altomedieval</b> .....	167
<i>Alexandre Ribas de Paulo</i>	
<b>6 Coisa julgada no processo de família</b> .....	193
<i>Maria Berenice Dias e Marianna Chaves</i>	
<b>7 Questionamentos acerca da efetividade da tutela de direitos da sociedade e de terceiros com a proibição da unipessoalidade com responsabilidade limitada no âmbito empresarial</b> .....	213
<i>Ana Luisa Mendanha Mendes</i>	
<b>8 Coisa julgada nas ações coletivas</b> .....	229
<i>Luciana de Castro Concentino</i>	

# Revista Jurídica

---



## Destaques:

- Reforma do CPC – Aspectos Controvertidos
- Mercado, Fornecedor e Consumidor – Decisões Judiciais – Aspectos Econômicos e Sociais
- Penhora: Ato de Averbação ou de Registro no CPC
  - Sobrenome do Padrasto e da Madrasta – Lei 11.924/2009
  - Tributação das Atividades Ilícitas
- Crimes contra a Liberdade Sexual – Lei 12.015/2009
- Consumidor – Declaração de Ofício – Cláusulas Abusivas – Dever do Juiz

# SUMÁRIO

---

## 07 *Editorial*

### *Doutrina Cível*

- 11 José Augusto Delgado  
*(Aspectos Controvertidos da Reforma do CPC – 2006/2007. Repercussão Geral, Recursos Repetitivos e Súmula Vinculante)*
- 45 Rogério Gesta Leal  
*(Mercado, Fornecedor e Consumidor: Aspectos Econômicos e Sociais das Decisões Judiciais)*
- 71 Ana Carolina Costa  
*(Penhora: Ato de Averbação ou de Registro na Atual Sistemática do Código de Processo Civil)*
- 99 Luiz Antonio Miguel Ferreira e  
Bruna Castelane Galindo  
*(Do Sobrenome do Padrasto e da Madrasta. Considerações a Respeito da Lei 11.924/2009)*

### *Doutrina Penal*

- 111 Liziane dos Santos  
*(Cognição Penal Acerca da Tributação de Atividades Ilícitas)*
- 131 Rômulo de Andrade Moreira  
*(Ação Penal nos Crimes Contra a Liberdade Sexual e nos Delitos Sexuais Contra Vulnerável – A Lei 12.015/2009)*

### *Jurisprudência Cível*

- 143 Supremo Tribunal Federal
- 145 Superior Tribunal de Justiça

- 149 Superior Tribunal de Justiça  
*(O Direito do Consumidor como Direito Fundamental:  
O Dever do Juiz de Declarar de Ofício as Cláusulas Abusivas.  
Acórdão comentado por Rafael Vincente Ramos)*
- 163 Ementário Cível

### *Jurisprudência Penal*

- 183 Superior Tribunal de Justiça
- 187 Ementário Penal

### *Sinopse de Mudanças Legislativas*

- 195 Legislação Relevante de Agosto e Setembro de 2009  
(Ementário)

### *Índice Alfabético-Remissivo*

- 197 Cível
- 201 Penal



# REVISTA FORENSE

Volume 402 – ANO 105

MARÇO – ABRIL DE 2009

ISSN 0102-8413

FUNDADA EM 1904

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

## FUNDADORES

Mendes Pimentel

Estêvão Pinto

## DIRETORES

Arruda Alvim

Thereza Arruda Alvim

Eduardo Arruda Alvim

Araken de Assis

## CONSELHO EDITORIAL

Bruno Miragem

Eduardo Camargo Righi

Francisco Bilac Moreira Pinto Filho

Humberto Theodoro Júnior

Jorge Miranda

José Carlos Barbosa Moreira

José Ribas Vieira

Luiz Fux

Maria Mendez Rocalolano

Nelson Nery Costa



# SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i> .....	VII
<b>DOCTRINAS</b>	
LEI DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER (LEI MARIA DA PENHA): CONSTITUCIONALIDADE E CONVENCIONALIDADE – <i>Alice Bianchini e Valerio de Oliveira Mazzuoli</i> .....	3
A EVOLUÇÃO DO DIREITO E A TUTELA DE URGÊNCIA – <i>Arruda Alvim</i> .....	23
TRANSFUSÕES DE SANGUE CONTRA A VONTADE DE PACIENTE DA RELIGIÃO TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: UMA GRAVÍSSIMA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS – <i>Cláudio da Silva Leiria</i> .....	47
A PROVA ILÍCITA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: UMA ABORDAGEM À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE – <i>Cláudio Pinto Lopes</i> .....	85
APONTAMENTOS SOBRE AS LIMINARES NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE E NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – <i>Eduardo Arruda Alvim</i> .....	155
A IMPORTÂNCIA DA FILTRAGEM CONSTITUCIONAL E DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PARA A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO – <i>Eduardo Righi</i> .....	169
NÃO INCIDÊNCIA DA CIDE-COMBUSTÍVEIS NA AQUISIÇÃO DE NAFTA POR REFINARIA DE PETRÓLEO – <i>Guilherme Costa Tupinambá Filho e Vladimir Oliveira da Silveira</i> .....	187
NOTAS ÀS SÚMULAS VINCULANTES ADMINISTRATIVAS – <i>Nagib Slaibi Filho</i> .....	201
DEMOCRATIZAÇÃO, EFETIVIDADE E MORALIDADE DO PROCESSO – <i>Olicio Sabino Mateus</i> ..	221
A INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 5º DA LEI N. 11.340/06, EM FACE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE AS UNIÕES HOMOAFETIVAS MASCULINAS E FEMININAS – <i>Osmair Chamma Junior</i> .....	237
PERCEPÇÃO CIENTÍFICA DO DIREITO – <i>Reis Friede</i> .....	253
QUESTÕES PROCESSUAIS EM LIDES DE CONSUMO – <i>Rogério Zuel Gomes</i> .....	279

## PARECERES

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÕES DE DESPEJO C/C RESCISÃO CONTRATUAL. EXECUÇÃO, EMBARGOS DE DEVEDOR, CAUTELAR DE ANTECIPAÇÃO DE PROVAS, RECONVENÇÃO E NOTIFICAÇÃO. SENTENÇA CONJUNTA. NULIDADE. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AO CONTRADITÓRIO. SENTENÇA PREMATURAMENTE PROFERIDA NA AÇÃO DE DESPEJO. AUSÊNCIA DE SANEAMENTO E PRODUÇÃO DE PROVAS. ARTS. 59 DA LEI DE LOCAÇÕES E 302, 331 E 334 DO CPC. LOCAÇÃO. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMARAS FRIGORÍFICAS. OBRIGAÇÃO CONTRATUAL EXPRESSAMENTE ATRIBUÍDA À LOCADORA. DESCUMPRIMENTO. VALOR DA LOCAÇÃO. ALTERAÇÃO VERBAL. SILÊNCIO DA LOCADORA.



ANUÊNCIA IMPLÍCITA NA CONDUTA POSTERIOR E CONCORDE. ARTS. 17 E 18 DAS LEIS N. 8.425/91 E 1.079 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 – <i>Arruda Alvim</i> .....	309
RELEVÂNCIA E IMPRESCINDIBILIDADE DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA. DESENVOLVIMENTO E SOBERANIA NACIONAIS. SERVIÇOS PÚBLICOS E PRECEITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS (VALORES ESSENCIAIS E OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL). TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVATIVOS MISTOS, OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO E ATIVIDADE ECONÔMICA <i>STRICTO SENSU</i> – <i>Clèmerson Merlin Clève</i> .....	329
SEGURANÇA JURÍDICA, BOA-FÉ E PROPORCIONALIDADE. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE MATERIAL DE RETROAÇÃO. MODULAÇÃO TEMPORAL – <i>Ives Gandra da Silva Martins e Cláudia Fonseca Morato Pavan</i> .....	357
<b>JURISPRUDÊNCIA CIVIL</b>	
Supremo Tribunal Federal .....	385
Superior Tribunal de Justiça .....	395
Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	469
Tribunal de Justiça de São Paulo .....	475
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro .....	477
Tribunal de Justiça de Minas Gerais .....	483
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul .....	495
<b>JURISPRUDÊNCIA PENAL</b>	
Supremo Tribunal Federal .....	501
Superior Tribunal de Justiça .....	529
Tribunal Regional Federal da 4ª Região .....	567
Tribunal de Justiça de São Paulo .....	575
Tribunal de Justiça de Minas Gerais .....	581
<b>ESTUDOS</b>	
OS DESAFIOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR CONTEMPORÂNEO – <i>Amanda Flávio de Oliveira</i> .....	587
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAIS: BREVE ANÁLISE (E HARMONIZAÇÃO) DOS ARTS. 389, 395 E 404 DO NOVO CÓDIGO CIVIL E ART. 20 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – <i>Antonio de Pádua Soubhie Nogueira</i> .....	597
AUSÊNCIA DE APELAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA, ACÓRDÃO PROFERIDO EM JULGAMENTO DO REEXAME NECESSÁRIO E O CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL – <i>Fabiano Carvalho</i> .....	609
LUHMANN E A SOCIOLOGIA DA JUSTIÇA POSSÍVEL NA DECISÃO JUDICIAL – <i>Fernando Rister de Sousa Lima</i> .....	621
DA NECESSIDADE DE CONCORDÂNCIA DO CREDOR PARA O PARCELAMENTO JUDICIAL DE CRÉDITO EXEQUENDO – <i>Mariana Ribeiro Santiago</i> .....	629
GLOBALIZAÇÃO E HARMONIZAÇÃO LEGISLATIVA (DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL, COM ÊNFASE NOS TRATADOS DE ROMA E ASSUNÇÃO) – <i>Renata Salgado Leme</i> .....	645
<b>ÍNDICES</b>	
Índice Geral .....	659
Índice de Assuntos .....	669

